

ESP-DEP DE ADMIN DA REGIÃO III - DAR-III

# Termo de Referência 13/2026

## Informações Básicas

**Número do artefato** UASG  
13/2026

**Editado por**  
990062-ESP-DEP DE ADMIN DA REGIÃO III - DAR-III VANIA APARECIDA FOLSTER BETIM

**Atualizado em**  
15/04/2026 16:52 (v 0.7)

**Status**  
DISPONIBILIZADO

## Outras informações

**Categoria**  
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

**Número da Contratação**

**Processo Administrativo**  
017.00066016/2026-06

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens para impermeabilização de reservatórios de água e área externa descoberta, localizados no prédio da Regional Fazendária de Campinas, localizado à Av. Dr. Alberto Sarmiento, nº 4, Bonfim, Campinas/SP, sob administração do Serviço de Administração Regional - SAR Campinas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	COMPRAS.GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Emulsão asfáltica líquida com elastômeros para impermeabilização.  Produto pronto para uso.  Composto por asfalto, para aplicação em áreas molhadas e molháveis, calhas de concreto e lajes.  Cor: Preto  Densidade de até 1,15g/cm³  Validade: 24 meses, conforme Norma ABNT NBR 9685	4741960	352240	lata 18 litros	75
	Impermeabilizante tipo semi-flexível,  Composto de cimentos especiais, aditivos minerais, plastificantes, agregados e polímeros.  Componente A: Resina acrílica				

2	<p>Componente B: Pó, na cor Cinza</p> <p>Utilização em paredes externas e internas, reservatório de água potável, poço de elevador, subsolos</p> <p>Acondicionado em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto.</p> <p>Tempo entre demãos: 2 a 4 horas</p> <p>Aderência: 7 dias &gt;1,35 Mpa</p> <p>Conforme Normas NBR/ABNT vigentes.</p> <p>Apresentação: Bicomponente (aditivo e argamassa)</p>	6080367	627815	caixa 18kg	25
3	<p>Aditivo para argamassa – Resina sintética, composição à base de copolímero vinílico</p> <p>Para chapisco e reboco interno e externo, para argamassa de reparo, revestimento, piso, parede e teto, chapiscos em EPS, chapiscos projetados, estucagem, fixação de caiação e regularização.</p> <p>Cor: Branca</p> <p>Plastificante para gesso</p> <p>Acondicionado em embalagem apropriada</p> <p>Pronto para uso.</p> <p>Validade: 12 meses.</p>	5869943	348289	galão 3,6 kg	4
4	<p>Primer composto por solução asfáltica para aderir à manta asfáltica,</p> <p>Base: solvente</p> <p>Primeira qualidade</p> <p>Pronto para uso</p> <p>Conforme Norma ABNT NBR 9686</p>	4017056	394533	lata 18 litros	40
5	<p>Rolo para pintura, de lã de carneiro,</p> <p>Medindo 23cm de comprimento, altura de 22mm</p>	6043259	397729	unidade	15

	Com cabo revestido de PVC, suporte de aço galvanizado				
6	Broxa para pintura, de fio sintético com comprimento de 65mm,  Formato retangular  Com cabo de polipropileno  Tamanho 180 x 75 mm	2768860	395549	unidade	15

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas.

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.6 Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 09/04/2026.

1.7. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.7.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.7.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo(s).

1.7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.8. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

#### **Subcontratação**

1.9. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marcas ou modelos.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Na presente contratação não haverá vedação de marcas ou modelos.

#### **Da exigência de amostra(s)**

4.4. Não serão exigidas amostras dos itens.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não será exigida carta de solidariedade do revendedor ou distribuidor, emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da retirada da nota de empenho ou quando solicitado envio por e-mail, da data do envio, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e

força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço , em dias úteis, das 08h30 às 11h30min e das 13h30 às 16h00, nas especificações, unidades de medidas e quantidades apresentadas na tabela do item 1.1:

5.3.1. Serviço de Administração Regional - SAR Campinas : Prédio sede localizado na Av. Dr. Alberto Sarmento, nº 04 - 5º andar - Bonfim – Campinas - SP - CEP: 13.070-901.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

- 6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).
- 6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).
- 6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).
- 6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos

responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de

documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2005, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Outras comprovações**

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 49.066,07 (quarenta e nove mil, sessenta e seis reais e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.



9.1.1. A licitação será destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, ou cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.  
10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001-Governo do Estado de São Paulo/200151-Departamento de Administração da Região III;
- II) Fonte de Recursos: 150.010.001 - Tesouro do Estado;
- III) Programa de Trabalho: 04.122.2030.5023.0000;
- IV) Elemento de Despesa: 33.90.30.

- 10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VANIA APARECIDA FOLSTER BETIM**

Executiva Pública



*Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 14:22:33.*

**MARCIA FERREIRA SILVA**

Chefe de Serviço - SAR Campinas



*Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 16:49:46.*

**ROSIVANE MARQUES DA SILVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 14:41:00.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP990062\_000008\_2026.pdf (125.94 KB)

## ESP-DEP DE ADMIN DA REGIÃO III - DAR-III

# Estudo Técnico Preliminar 8/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 017.00066016/2026-06

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de materiais de consumo destinados à impermeabilização de 3 (três) reservatórios de água e da área externa descoberta, com aproximadamente 1.945 m<sup>2</sup>, localizada no pavimento Intermediário do prédio da Regional Fazendária Campinas, sob administração do SAR Campinas, vinculado ao Departamento de Administração da Região III.

Conforme relatórios apresentados pelo Engenheiro do Departamento de Administração da Região III, tal aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a integridade estrutural, a segurança sanitária e a durabilidade dos reservatórios de água, bem como da área externa do prédio, os quais apresentam sinais de desgaste natural decorrente do tempo de uso e da exposição contínua a agentes climáticos, como umidade, variações térmicas e intempéries.

No que se refere aos reservatórios de água, a impermeabilização adequada é imprescindível para corrigir as atuais infiltrações e vazamentos, que vêm se agravando, além de contaminações, assegurando a qualidade da água armazenada e o atendimento às normas sanitárias vigentes. A ausência ou deficiência desse tratamento pode comprometer a potabilidade da água, gerar riscos à saúde dos usuários e ocasionar desperdícios de recursos hídricos, além de custos adicionais com manutenções corretivas emergenciais.

Quanto à área externa descoberta do prédio, a impermeabilização visa proteger e corrigir a estrutura, que já apresenta fissuras, graves infiltrações, processos de deterioração do concreto e pontos rompidos da atual manta impermeabilizante, a fim de preservar o patrimônio público, evitando agravar os danos que possam comprometer a segurança de usuários e servidores.

Dessa forma, a aquisição dos materiais de impermeabilização mostra-se necessária, oportuna e indispensável para a manutenção adequada das instalações da Regional Campinas, assegurando a continuidade dos serviços prestados, a preservação do patrimônio público e a proteção da saúde dos usuários.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Administração Regional - SAR Campinas	Márcia Ferreira Silva

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para suprir a necessidade do SAR de Campinas, faz-se necessária a aquisição de todos os itens com suas respectivas quantidades solicitadas, visando atender à demanda da Regional Fazendária de Campinas.

A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual;

Não haverá exigência de amostras;

Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/21;

Não haverá necessidade de realização de avaliação prévia do local, por não se tratar de execução de serviços;

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, no endereço especificado no instrumento convocatório;

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023;

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de dezembro de 2023;

Para o fornecimento dos materiais, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Conforme artigo 95 da Lei 14.133/21, a presente contratação será formalizada por Nota de Empenho.

A contratação deve obrigatoriamente atender aos requisitos do Termo de Referência e Edital, bem como aos previstos em legislação correlata.

## 5. Levantamento de Mercado

Em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou realizar diálogo transparente com potenciais fornecedores para coleta de dados. Caso após o levantamento de mercado, quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitem a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

O levantamento de mercado para o presente Estudo Técnico Preliminar foi realizado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis e justificar técnica e economicamente a solução mais vantajosa para a aquisição de materiais destinados à impermeabilização das instalações da Regional Campinas. Este processo atende às exigências estabelecidas pelo Decreto nº 68.017/2023, que requer a avaliação de outras alternativas possíveis, bem como a fundamentação econômica da escolha efetuada.

Para fins de prospecção das soluções disponíveis no mercado que são aplicáveis as aquisições pretendidas pelo Departamento de Administração Regional da Região III - DAR-III, utilizou-se a pesquisa no Portal de Compras do Governo Federal, para identificar potenciais empresas que já forneceram produtos semelhantes às aquisições, objeto deste estudo, a outros Órgãos Públicos.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação para aquisição de materiais de consumo destinados à impermeabilização de reservatórios de água e área externa descoberta, localizados no prédio da Regional Fazendária de Campinas, de acordo com as especificações apresentadas, por meio de Pregão Eletrônico, atendendo aos requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Considerando que o Decreto nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência, possui na descrição da solução como um todo, contida em seu inciso II, do art. 6º, determinação de que deve ser considerado todo o ciclo de vida do objeto e, quando for o caso, as determinações do §4º, do artigo 5º, do Decreto nº 68.017, de 11 de outubro de 2023,

Considerando ainda que, o Decreto nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, define em seu § 4º, do artigo 5º: "4º - Na elaboração do ETP, para a definição do menor dispêndio, poderá ser realizado

levantamento do custo total da solução, por meio da obtenção dos custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, garantia técnica estendida, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida de cada solução".

Neste diapasão, considerando as informações indicadas nos itens anteriores, resta comprovado que a melhor solução é a aquisição dos materiais para manutenções estruturais corretivas no prédio da Regional Campinas, evitando maior desgaste no patrimônio.

Oportuno registrar a viabilidade de autuação de um único processo de licitação, contemplando todos os itens, os quais serão identificados no Termo de Referência, para suprir as necessidades desta Regional, otimizando, desta forma, tempo e recursos públicos, até mesmo com a necessidade de realização de uma única publicação em jornal de grande circulação, conforme preconiza o artigo 54, da Lei 14.133 /21.

A decisão na escolha por este modelo de contratação, considera as vantagens decorrentes da economia e eficiência dos gastos públicos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição do quantitativo de cada item foi estimada com base no levantamento das necessidades para as manutenções estruturais corretivas e preventivas, visando à impermeabilização dos 3 (três) reservatórios de água e área externa descoberta do pavimento Intermediário do prédio da Regional Campinas, utilizando os produtos a serem adquiridos, demonstrados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	COMPRAS. GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Emulsão asfáltica líquida com elastômeros para impermeabilização.  Produto pronto para uso.  Composto por asfalto, para aplicação em áreas molhadas e molháveis, calhas de concreto e lajes.  Cor: Preto  Densidade de até1,15g/cm <sup>3</sup>  Validade: 24 meses, conforme Norma ABNT NBR 9685.	4741960	352240	lata 18 litros	75
	Impermeabilizante tipo semi-flexível,  Composto de cimentos especiais, aditivos minerais, plastificantes, agregados e polímeros.  Componente A: Resina acrílica  Componente B: Pó, na cor Cinza				

2	<p>Utilização em paredes externas e internas, reservatório de água potável, poço de elevador, subsolos</p> <p>Acondicionado em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto.</p> <p>Tempo entre demãos: 2 a 4 horas</p> <p>Aderência: 7 dias &gt;1,35 Mpa</p> <p>Conforme Normas NBR/ABNT vigentes.</p> <p>Apresentação: Bicomponente (aditivo e argamassa)</p>	6080367	627815	caixa 18kg	25
3	<p>Aditivo para argamassa – Resina sintética, composição à base de copolímero vinílico</p> <p>Para chapisco e reboco interno e externo, para argamassa de reparo, revestimento, piso, parede e teto, chapiscos em EPS, chapiscos projetados, estucagem, fixação de caiação e regularização.</p> <p>Cor: Branca</p> <p>Plastificante para gesso</p> <p>Acondicionado em embalagem apropriada</p> <p>Pronto para uso.</p> <p>Validade: 12 meses.</p>	5869943	348289	galão 3,6 litros	4
4	<p>Primer composto por solução asfáltica para aderir manta asfáltica,</p> <p>Base: solvente</p> <p>Primeira qualidade</p> <p>Pronto para uso</p>	4017056	394533	lata 18 litros	40

	Conforme Norma ABNT NBR 9686.				
5	Rolo para pintura, de lã de carneiro,  Medindo 23cm de comprimento, altura de 22mm  Com cabo revestido de PVC, suporte de aço galvanizado.	6043259	397729	unidade	15
6	Broxa para pintura, de fio sintético com comprimento de 65mm,  Formato retangular  Com cabo de polipropileno  Tamanho 180 x 75 mm	2768860	395549	unidade	15

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 49.066,07

O valor total estimado da contratação é de R\$ 49.066,07 (quarenta e nove mil, sessenta e seis reais e sete centavos), com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/21.

Já no § 2º identifica que para aplicação do princípio do parcelamento, deve ser considerado a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o que não ocorrerá no presente caso, tendo em vista que os itens não guardam correlação entre si, não necessitando que sejam licitados em lotes, o que deve repercutir positivamente na economicidade da licitação.

Por fim, percebe-se que não há possibilidade de parcelamento da contratação, tendo em vista que a referida contratação irá suprir as necessidades imediatas para execução da impermeabilização dos reservatórios de água e área externa descoberta do pavimento Intermediário do prédio da Regional Campinas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Decreto nº 68.017/2023 define as contratações correlatas como sendo aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si e as contratações interdependentes como aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas em conjunto para a plena satisfação da necessidade da Administração.

Neste entendimento, a pretendida contratação abrangerá as necessidades desta Administração na questão das aquisições dos materiais elencados na estimativa das quantidades, não sendo necessária nenhuma contratação correlata ou interdependente.



## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está devidamente alinhada e prevista no Plano Anual de Contratações-PCA 2026 do Departamento de Administração da Região III - DAR-III, conforme regulamentado no inciso II do artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Alguns dos possíveis benefícios/resultados que podem ser alcançados com a presente contratação/aquisição:

- 1 - Obtenção de melhores preços: por meio da licitação, é possível obter preços mais competitivos, uma vez que os fornecedores terão que apresentar suas propostas de preços, tornando a concorrência mais acirrada.
- 2 - Garantia de qualidade: ao realizar uma licitação, a administração pode estabelecer critérios de qualidade para os produtos adquiridos, garantindo que eles atendam às necessidades da instituição.
- 3 - Acesso a uma ampla variedade de fornecedores: a licitação permite que a administração entre em contato com um grande número de fornecedores, ampliando sua base de escolha.
- 4 - Transparência e isonomia no processo de aquisição: a realização de uma licitação pública garante a transparência e a isonomia no processo de aquisição, assegurando que todos os fornecedores interessados tenham a mesma oportunidade de concorrer.
- 5 - Maior controle sobre as despesas: por meio da licitação, a administração pode estabelecer um orçamento para aquisição dos suprimentos, evitando gastos excessivos e permitindo maior controle sobre as despesas.

Em suma, com as pretendidas aquisições, a administração representada pelo Departamento de Administração da Região III, garantirá os meios necessários para que a impermeabilização dos reservatórios de água e área externa do pavimento Intermediário sejam executadas, evitando maior deterioração do patrimônio público, evitando assim, todo transtorno de compras de emergência, tornando possível a realização das diversas atividades desenvolvidas, que por sua vez refletem a função de execução do estado.

## 13. Providências a serem Adotadas

A Administração Pública deverá providenciar as medidas para realização dos trabalhos de planejamento e execução da licitação seguindo as determinações legais que envolvem a Lei Federal 14.133/21, bem como os Decretos Estaduais que tratam do assunto.

Após a contratação, a Administração deve realizar diversas providências, dentre elas:

- 1) Divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis (inciso II do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/21); e
- 2) Extrato e arquivo digital do contrato, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (Decreto nº 61.476 /2015 e suas alterações).

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há, no presente caso, visualização de possíveis impactos ambientais, sendo que a referida contratação não fere as práticas de sustentabilidade, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e tampouco ao interesse público.

Ademais, a escolha dos itens foi priorizada para produtos que podem gerar menos perdas, serem recicláveis e duráveis, evidenciando principalmente a economia.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Conclui-se que a presente contratação é adequada para o fim a que se destina, ao garantir o cumprimento da necessidade de manutenção corretiva das infiltrações e vazamentos no prédio da Regional Campinas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCIA FERREIRA SILVA**

Chefe de Serviço - SAR Campinas



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 17:47:29.*

**ROSIVANE MARQUES DA SILVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 09:47:16.*